

MOSAICOS DE EXPERIÊNCIAS E TRANSNACIONALIDADE: TRABALHADORES AFRO- CARIBENHOS NA AMAZÔNIA PÓS-ABOLIÇÃO (PORTO VELHO, C. 1907–C. 1922)

MOSAICS OF EXPERIENCES AND TRANSNATIONALITY: AFRO-
CARIBBEANS IN THE POST-ABOLITION AMAZON (PORTO VELHO, C.
1907–C. 1922)



Santiago Silva de Andrade¹

Resumo

Este artigo investiga a presença dos trabalhadores negros que migraram do Caribe britânico para a cidade de Porto Velho nas primeiras décadas do século XX. Naquele momento, o aumento no volume de capital internacional investido tanto na região norte do Brasil quanto em alguns países da América Central tornou possível que trabalhadores e trabalhadoras afro-caribenhas saíssem das suas ilhas e procurassem melhores condições de vida em outros países. Partindo das premissas estabelecidas pela História Transnacional e pela historiografia sobre o pós-abolição nas Américas, argumento que as experiências daqueles trabalhadores e trabalhadoras, expressas em suas formas de contestação e acomodação, eram tributárias das formas de resistências desenvolvidas nas décadas que se seguiram à abolição da escravidão no Caribe britânico, após 1834. Aquelas experiências foram fundamentais para a integração dos afro-caribenhos nas dinâmicas sociais racializadas da Amazônia do pós-emancipação.

Palavras-chave: Amazônia; Trabalhadores afro-caribenhos; Pós-abolição; História Transnacional.

Abstract

This article investigates the presence and experiences of Black laborers who migrated from the British Caribbean to the city of Porto Velho, Brazil, during the early decades of the twentieth century. This movement occurred in the context of increasing international capital investment in northern Brazil and parts of Central America, which created new labor opportunities and prompted Afro-Caribbean men and women to seek improved living conditions abroad. Drawing on the theoretical frameworks of Transnational History and the historiography of post-emancipation societies in the Americas, the article argues that the strategies of contestation and accommodation employed by these migrants were deeply rooted in traditions of resistance forged in the aftermath of the abolition of slavery in the British Caribbean after 1834. These practices played a crucial role in shaping the migrants' integration into the racialized social dynamics of post-emancipation Amazonia.

Keywords: Amazonia; Afro-Caribbean workers; post-emancipation; Transnational History.

¹ Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pós-doutor em História Ambiental pela Universidad Nacional de Colombia (Bogotá). Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR, campus Vilhena), líder do GENTMARX e pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental da Universidade Estadual de Maringá (LEHA/UEM). E-mail: santiago.andrade@unir.br



Introdução

Nunca saberemos ao certo o que levou o barbadiano Adolphus Collymore a retalhar, com uma navalha, o rosto, as mãos e o tórax de George Russell, seu compatriota, na noite de 24 de abril de 1915, no município de Porto Velho, à época pertencente ao estado do Amazonas.

O que motivou tal atrocidade? Talvez a convivência em Barbadian Hill – à época o espaço urbano destinado à moradia dos trabalhadores que chegavam do Caribe – houvesse plantado a semente da discórdia entre os dois homens. Ou talvez Collymore e Russell, ex-companheiros de trabalho na Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, guardassem hostilidades adquiridas na dura labuta cotidiana dos barracões, oficinas e acampamentos sitiados pela floresta amazônica e pela vigilância constante dos gerentes e capatazes da Companhia, durante o curto período em que o agressor trabalhou. Ainda há a hipótese de que, a tudo isso somado, raízes mais antigas, fincadas na travessia transatlântica entre as Índias Ocidentais Britânicas e a Amazônia, alimentassem um rancor silencioso que explodiu em violenta tragédia no solo brasileiro.

A "tragédia", de fato, foi como Joseph Greaves, testemunha do ocorrido, definiu o ataque. Segundo ele, George Russell e Adolphus Collymore iniciaram uma discussão que logo desdobrou-se em "expressões obscenas" e em troca de socos. Sacando de uma navalha, Collymore desferiu dois cortes na face de Russell, que correu para dentro de uma casa próxima numa tentativa infrutífera de buscar "refúgio", provavelmente entre conhecidos ou familiares. O seu agressor o perseguiu, alcançando-o já dentro da residência do vizinho, e iniciou a golpeá-lo da "forma mais horrível imaginável". Segundo Greaves, "ele [Collymore] cessou essa demoníaca operação somente quando outros companheiros correram ao resgate da sua infeliz vítima".²

Curiosamente, o relato acima não se encontra registrado em processo judicial ou em inquérito policial. Está em uma carta escrita em inglês, dirigida a William John Knox-Little, gerente geral da Madeira-Mamoré Railway Company

²A carta encontra-se no Museu do Estado de Rondônia (Doravante MERO) - CDHR-CA0113. É necessário um esclarecimento: a caixa CDHR - CA0113 contém mais de uma centena de documentos esparsos, que vão desde anotações contábeis da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até a correspondência da delegacia de polícia de Porto Velho com várias autoridades, cobrindo o período das décadas de 1910 até 1930. Infelizmente, essa riqueza documental não estava, no momento dessa pesquisa, catalogada conforme os critérios desejados. Dessa forma, todos os documentos citados neste artigo estão sob a denominação CDHR-CA0113, que é a única catalogação encontrada no MERO.



e futuro Vice-Cônsul britânico em Porto Velho³, assinada por Joseph Greaves e ao chefe de polícia de Manaus, datada de 26 de abril de 1915, na qual este sugeria-lhe que "a deportação desse 'indesejável' [Collymore] seria um favor à nossa comunidade, e sem exagero um benefício para a companhia". Anexa à carta-denúncia, como forma de justificar a solicitação de tão drástica medida, há uma descrição pormenorizada do "caráter" de Adolphus Collymore, subscrita por Greaves e mais dez testemunhas.⁴

Segundo o documento, Collymore estava em Porto Velho "há muitos anos, mas não trabalhou para esta companhia [Estrada de Ferro Madeira-Mamoré] nos últimos três anos e meio" - ou seja, desde o final de 1911 - pois ele havia se tornado um "completo vagabundo" e "chefe de um bando de vadios conhecidos como a gangue Dixey, que se comprometeram a não trabalhar nem por amor, nem por dinheiro". Collymore e sua gangue, segundo os testemunhos, costumavam distribuir ameaças de morte e surras a "homens que trabalhavam" - tendo ferido, no final de 1914, dois trabalhadores, à navalhadas - além de cometerem saques pela cidade e causarem "prejuízos" a muitas pessoas. Além disso, Adolphus Collymore se "vangloriava em chutar mulheres" e "perturbou e invadiu um culto religioso pelo menos uma vez, e ameaçou queimar o Hall".

Por fim, os denunciantes afirmavam que o próprio Collymore, ou "um dos seus confederados, por sua própria ordem", havia infligido a si mesmo ferimentos após o ataque a George Russell, com o provável intuito de simular uma condição de legítima defesa - algo que ele já havia feito em outras ocasiões, tentando "escapar da punição legal".⁵

Mas qual foi o palco do crime? Quais as características da Amazônia que

³Segundo o Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) 1891-1940, 1929, p. 522. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=101242&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 10 jan. 2024

⁴Os sobrenomes das testemunhas são: Martineau, D'Aville, Mopp, Patterson, Mckenzie, Raveneays, Hills, Rowlay, Wodlery e Calthcart. O grifo é meu.

⁵MERO - CDHR-CA0113. A data da contenda caiu num sábado, dia de folga não apenas dos trabalhadores da companhia férrea, mas também de outras atividades laborais nas cidades de Porto Velho e Santo Antônio do Madeira - núcleos habitacionais separados por sete quilômetros de distância. Para alguns, dia consagrado ao descanso; para outros, a oportunidade semanal para uma participação mais intensa nos circuitos de sociabilidade, lazer e interação social, fosse nas casas dos vizinhos, nos botecos, nos prostíbulos ou na própria rua. O fato de Collymore e Russell terem discutido justamente numa noite de sábado foi mera coincidência? Talvez. Porém, a soma dos indícios disponíveis e a sua sujeição a determinados contextos históricos pode revelar, por detrás de dissimuladas eventualidades, explicações e nexos que, de outra forma, permaneceriam invisíveis.



recebeu os imigrantes afro-caribenhos, principalmente a partir dos anos 1900?

Porto Velho: fronteira transnacional do trabalho

Na transição do século XIX para o XX, a região que hoje corresponde à capital do estado de Rondônia — então integrada aos territórios de Mato Grosso e Amazonas — constituía uma zona estratégica no contexto amazônico de produção da borracha. Aquela porção da Amazônia brasileira e o norte do departamento de Beni, Bolívia, destacavam-se pela intensa exploração da seringueira e pela consequente extração do látex, matéria-prima que, impulsionada pela aparentemente insaciável demanda da indústria automobilística e bélica, alcançou elevado valor no mercado internacional.⁶

A intensificação da exploração dos seringais entre 1880 e 1910 foi acompanhada pelo influxo de capitais internacionais. Estruturou-se também um novo padrão interno de acumulação, baseado primazia da economia extrativa de exportação, na financeirização das relações comerciais e produtivas e na institucionalização de novos dispositivos de reprodução e controle do trabalho, sustentados pela generalização do endividamento compulsório e pela incorporação massiva de trabalhadores oriundos de diversas regiões do Brasil. A força de trabalho que se deslocou para as regiões gomíferas da Amazônia era composta majoritariamente por migrantes nordestinos, expulsos pela miséria, pelas recorrentes secas, e atraídos pela promessa de enriquecimento, mas que, na prática, foram submetidos a intensas formas de exploração e precarização.⁷

A expansão daquela atividade econômica esbarrou, entretanto, em um sério desafio: o escoamento do crescente volume da produção gomífera. Os entraves enfrentados referiam-se, notadamente, às dificuldades de deslocamento da mercadoria. As limitações impostas pela geografia — como rios sinuosos, corredeiras, cachoeiras e a densidade da floresta amazônica — tornavam o transporte tradicional, realizado por batelões e embarcações rudimentares, incompatível com a lógica de eficiência e rapidez demandada pelo imperialismo

⁶WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 - 1920**. São Paulo: Hucitec: 1993; TULLY, John. **The devil's milk: a social history of the rubber**. New York: The Monthly Review Press, 2011; DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

⁷LEAL, Davi Avelino. **Mundos do trabalho nos seringais do Rio Madeira (1870-1920)**. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela. **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2021.



comercial em ascensão. Nesse cenário expressava-se, de forma concreta, a pressão dos imperativos concernentes à chamada ‘compressão espaço-tempo’, que subordinava os ritmos locais de circulação à dinâmica global do capital.⁸

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (doravante EFMM), entre 1907 e 1912, representou uma tentativa estratégica de superar os obstáculos impostos pela geografia fluvial da região. Sob a liderança de Percival Farquhar — empresário estadunidense associado a vultosos investimentos em infraestrutura de transporte e energia na América Latina —, o empreendimento foi concebido para viabilizar o escoamento da borracha oriunda da Bolívia e do Alto Madeira até o oceano Atlântico, via Belém do Pará. Mais do que uma simples solução técnico-logística, a EFMM constituiu-se como expressão concreta das exigências do capital imperialista, traduzindo-se na materialização de interesses voltados ao controle territorial, à aceleração da circulação de mercadorias e ao acesso facilitado aos recursos naturais da região amazônica.⁹

Inicialmente escolhido como local de instalação das obras da EFMM, a povoação de Santo Antônio do rio Madeira — uma vila pertencente ao Mato Grosso cuja economia baseava-se na extração gomífera e no transporte da quina boliviana — foi preterida em favor de Porto Velho, este último foi considerado pelos engenheiros mais salubre e mais adequado para abrigar um porto fluvial capaz de receber navios de maior porte. Apesar dos dois núcleos habitacionais pertencerem a estados diferentes, é importante notar que ambos estavam separados por apenas sete quilômetros de distância — o que permitia a fácil circulação não apenas dos trabalhadores brasileiros e estrangeiros empregados na construção da ferrovia, mas também de bolivianos e outros grupos sociais, como indígenas, caboclos, ribeirinhos e camponeses, habituados a circular pela malha fluvial da região.¹⁰

Muito rapidamente, Porto Velho tornou-se um mosaico de

⁸A expressão "time-space compression" está conceituada nos capítulos 16 e 17 de HARVEY, David. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of social change**. Oxford: Blackwell Publishers, 1989.

⁹É importante ressaltar a existência, desde meados do século XIX, de vários projetos de construção de uma ferrovia que permitisse a comunicação mais rápida da região com o oceano atlântico. O período aqui abordado inclui apenas o derradeiro projeto de consecução da estrada de ferro, entre 1907 e 1912. Sobre Farquhar ver GAULD, Charles A. **Farquhar, o último titã: um empreendedor americano na América Latina**. São Paulo: Editora da Cultura, 2006.

¹⁰FONSECA, Dante Ribeiro da. Uma cidade à far-west: tradição e modernidade na origem de Porto Velho. In: FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de história da Amazônia**. Vol. I. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2014.



nacionalidades, culturas e etnias, incluindo nordestinos, europeus, afro-brasileiros, estadunidenses, afro-caribenhos e asiáticos. A cidade se constituiu, portanto, como uma zona de contato transnacional, onde diferentes tradições culturais e experiências de classe, raça e gênero foram colocadas em confronto, negociação e circulação. À luz da História Transnacional¹¹, analisar aquele contexto e compreender como uma cultura de trabalho foi sendo gradualmente construída a partir da presença de sujeitos oriundos de distintos circuitos atlânticos e latino-americanos.

Práticas cotidianas de resistência, redes de solidariedade e formas plurais de sociabilidade – longe de representarem expressões autônomas de um meio isolado – foram, na verdade, elaboradas a partir das múltiplas experiências acumuladas por trabalhadores migrantes que, em muitos casos, já haviam atuado em obras de infraestrutura e frentes de exploração nas ferrovias do Panamá, da Guatemala, de Cuba e de outras regiões inseridas nas dinâmicas do capital transnacional da época.¹²

Fronteira transnacional do trabalho¹³, a cidade experimentou um vertiginoso aumento populacional e, embora não haja dados precisos sobre a sua população nas primeiras décadas do século XX, alguns números ilustram o dinamismo desses fluxos entre 1907 e 1912, por exemplo, a Companhia EFMM contratou 21.817 trabalhadores nacionais e estrangeiros.¹⁴

Contudo, além dos operários vinculados à companhia e da população fixa de Porto Velho e de Santo Antônio do Madeira, é preciso considerar que a região já constituía, desde muito antes, um espaço de circulação constante de comerciantes, grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que utilizavam os sistemas fluviais integrados, articulando o Mato Grosso ao Pará e ao norte da Bolívia. Diversos estudos já demonstraram como essas rotas fluviais foram

¹¹Para uma síntese da emergência da História Transnacional e suas características, ver IRIYE, Akira. **Global and Transnational History: the past, the present, and future**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

¹²Algumas dessas experiências foram analisadas em RICHARDSON, Bonham C. **Panama money in Barbados, 1900-1912**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1986; NEWTON, Velma. **The Silver Man: West Indian labour migration to Panama, 1850-1914**. 2. ed. Kingston: Ian Randle Publishers, 2004; OPIE, Frederick Douglass. **Black labor migration in Caribbean Guatemala, 1882-1923**. Gainesville: University of Florida Press, 2009.

¹³LINDEN, Marcel van der. **Transnational history: explorations**. New York: Routledge, 2003.

¹⁴MONTEIRO, Ana Carolina. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022, p. 70.



historicamente decisivas na constituição de redes de troca, circulação de saberes e territorialização das populações locais, além de desempenharem papel estruturante nos processos econômicos e sociais concernentes à conformação dos núcleos coloniais e na ocupação do interior brasileiro, especialmente na Amazônia.¹⁵

Porto Velho foi erigida, portanto, como ponto crucial de encontros entre trabalhadores oriundos dos mais diversos contextos do sistema-mundo capitalista. A multiplicidade de experiências e trajetórias dos trabalhadores que chegaram à cidade exemplifica a interconexão global e a dinâmica das economias capitalistas no começo do século XX, onde os atravessamentos entre periferia e centro do sistema produziram configurações sociais originais.

Foi esse o cenário da contenda entre Adolphus Collymore e os outros trabalhadores. A sua circulação pelo Atlântico negro das primeiras décadas do século XX e presença na Amazônia não apenas levanta questões importantes a respeito dos processos migratórios que trouxeram milhares de trabalhadores afro-caribenhos para a fronteira norte do Brasil. Mais do que isso, suscitam uma interrogação central: de que modo esses homens e mulheres, que já haviam enfrentado, em suas sociedades de origem, as adversidades impostas às populações negras no contexto dos legados pós-escravistas do Caribe, lidaram com as novas formas de discriminação e marginalização presentes na sociedade brasileira do pós-abolição, marcada por profundas hierarquias raciais ?

Considerando as premissas metodológicas da História Transnacional – notadamente sua ênfase na superação do nacionalismo metodológico e na valorização dos cruzamentos entre fronteiras geográficas, culturais e institucionais –, é possível afirmar que os trabalhadores afro-caribenhos e seus repertórios socioculturais não foram simplesmente transferidos para o contexto brasileiro. Ao contrário, foram continuamente reconstruídos nos interstícios entre distintos regimes de racialização, negociando sentidos de pertencimento, identidade e resistência à medida que interagem com as especificidades históricas, sociais e institucionais da sociedade brasileira do pós-abolição.

¹⁵HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; KURY, Lorelai. **História da Amazônia**: do século XVII ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019; LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013; PAIÃO, Caio Giulliano. **Os lugares da marinhagem**: racialização e associativismo em Manaus, 1853 - 1919. Campinas: Editora Unicamp, 2024.



Como argumenta Patricia Clavin, as conexões transnacionais não formam redes fechadas, mas sim estruturas porosas que sustentam e dão forma às identidades nacionais e locais, ao mesmo tempo em que abrigam espaços vazios de transformação, conflito e substituição. Nesse sentido, ser negro e estrangeiro na Amazônia do início do século XX implicava, para os trabalhadores caribenhos, uma aprendizagem forçada de novas gramáticas raciais, moldadas por uma história nacional específica marcada pela escravidão, pela violência institucional e pela tentativa sistemática de apagamento da agência negra. Ao atravessarem as fronteiras – físicas e simbólicas –, aqueles migrantes não apenas sofreram os efeitos do racismo local, mas também tensionaram e deslocaram categorias de identidade e pertencimento, abrindo fissuras nas classificações sociais e revelando a natureza dinâmica, relacional e contingente da experiência negra no Brasil pós-abolicionista.¹⁶

Quando examinadas pelas lentes da História Transnacional e da historiografia do pós-abolicionismo nas Américas, as queixas de Joseph Greaves a respeito do líder da "gangue Dixey" deixam entrever a possibilidade de avançarmos nas interpretações sobre a Amazônia do pós-Abolição¹⁷, em uma chave privilegiada das conexões entre os mundos do trabalho do Caribe negro e do Brasil republicano.¹⁸

Amazônia e Caribe na encruzilhada do pós-abolição

¹⁶CLAVIN, Patricia. "Defining Transnationalism." *Contemporary European History*, vol. 14, no. 4, 2005, pp. 421–39.

¹⁷Um balanço sobre a historiografia recente da Amazônia negra está em ALVES-MELO, Patricia. Rompendo o silêncio sobre a presença negra na Amazônia: um breve balanço historiográfico" In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.), **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2020, p. 249-283; Ver também DE LA TORRE, Oscar. **The people of the river: nature and identity in black Amazonia, 1836-1945**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

¹⁸A historiografia sobre as conexões atlânticas entre o Caribe e a Amazônia brasileira no longo século XIX ainda é incipiente, mas já conta com importantes contribuições. Ver ROCHA, Elaine P.; ALLEYNE, Frederick. "Millie Gone to Brazil": Barbadian migration to Brazil in the early 20th century. *Journal of the Barbados Museum and Historical Society*, v.58, December 2012, pp. 1-42; PINTO, Maria Roseane Corrêa. **Inglese pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos? Identidades e memórias**. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belém, UFPA, 2006; PINTO, Maria Roseane Corrêa. **Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. Tese de doutorado em História. Niterói, UFF, 2013; PAIVA, Ana Carolina Monteiro. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Dissertação de Mestrado em História, UFPB, 2022; BLACKMAN, Cledenice. **Do mar do Caribe à beira do Madeira: historiografia, cultura e imigração**. Curitiba: Appris, 2019.



A presença de trabalhadores afro-caribenhos na Amazônia aponta para a necessidade de compreendermos "novos contextos até agora pouco explorados na historiografia brasileira e atlântica (...) "¹⁹, como, por exemplo, o entrecruzamento de experiências condicionadas por enredos pós-emancipatórios aparentemente distantes e desconexos, mas que enfeixaram o Caribe inglês e a Amazônia brasileira numa unidade histórica e conceitual, informada pela circulação transnacional de trabalhadores, capitais, ideias e mercadorias durante as primeiras décadas do século XX.

Marcados pela reelaboração da herança escravista e dos elementos estruturais que compunham as balizas das suas continuidades e descontinuidades, ambos os contextos - o caribenho, mais distante do seu passado escravista, e o brasileiro, ainda às turras com os fantasmas de 1888, por meio dos seus atores sociais e institucionais, enfrentaram a difícil tarefa de constituírem sociedades alinhadas aos princípios da modernidade liberal a partir de meados do século XIX.

É importante ressaltar que cada fração de cada uma daquelas formações sociais, na medida em que engendrou arranjos internos particulares que sustentaram a escravidão por mais de três séculos, havia produzido, também, saídas diferentes e peculiares dos regimes escravocratas. Em que pesem as semelhanças baseadas na tráfico negreiro atlântico, na exploração de mão-de-obra africana escravizada, na preeminência das unidades de *plantation* nas economias nacionais e na condição colônias (ou ex-colônias) de metrópoles européias, Brasil e Caribe anglófono produziram, com o fim da escravidão, diferentes e múltiplas formações sociais que refletiam projetos nacionais distintos, e cujos atores sociais pugnaram por várias expectativas e concepções de liberdade, cidadania, direitos e trabalho.

Nesse sentido, as análises sobre a dinâmica migratória e presença dos trabalhadores afro-caribenhos na Amazônia nas primeiras décadas da República não podem prescindir da compreensão das tensões, violências e desigualdades raciais produzidas pelas estruturas econômicas e políticas no Caribe, a partir da década de 1830. Lá, assim como no Brasil, as elites senhoriais, quando

¹⁹MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 75-91, p. 84.



formalmente despojadas da sua condição de escravocratas, desenvolveram políticas e estratégias de controle da população negra livre, com implicações diretas sobre as expectativas e projetos que os libertos e seus descendentes tinham sobre a sua nova situação social e jurídica.

No Caribe anglófono, a escravidão foi formalmente abolida em 1834. A liberdade, porém, não se apresentou de forma plena: os legisladores britânicos, temerosos que a abolição abrupta da escravatura desorganizasse a economia de plantation e preocupados com os efeitos disruptivos das transformações promovidas pelo fim das antigas hierarquias sociais, instituíram o sistema de Aprendizado, no qual ex-escravos – agora chamados aprendizes – tinham que trabalhar até quarenta horas e meia por semana para seus ex-senhores, sem receber salários.²⁰

As décadas que se seguiram ao fim do Aprendizado no Caribe - em que pesem as variações e particularidades de tal desenvolvimento em cada uma das ilhas foram, para dizer o mínimo, frustrantes para os homens e mulheres que ansiavam por melhores condições de vida e pelo controle pleno do seu tempo de lazer e de trabalho. Esgotado o mecanismo legal que tutelava, via Coroa britânica, a transição para o trabalho livre assalariado, não tardaram as elites caribenhas em produzir outros instrumentos e estratégias que garantissem a manutenção das formas de dependência econômica e das barreiras de exclusão social e política do ex-escravizados.²¹

Assim, a interdição ao acesso à terra, os dispositivos de vigilância e repressão, os preconceitos de cor, os diagnósticos pessimistas sobre a capacidade de autonomia dos ex-escravizados, a expectativa de manutenção dos laços de

²⁰Aos aprendizes era devido o fornecimento de tudo aquilo que lhes era dado no tempo da escravidão, como alimentos, por exemplo; no tempo livre, eles podiam vender a sua força de trabalho para quem desejasse ou, simplesmente, se dedicarem a outras atividades. Como afirmou Thomas Holt, o Aprendizado foi um "pacto de meio-termo no qual a relação entre o proprietário da plantation e o trabalhador era praticamente a mesma que entre senhor e escravo". Seu objetivo era, literalmente, a educação da classe escravocrata e dos escravos com vistas a expurgação dos vícios supostamente inerentes àquelas condições e, conseqüentemente, a formação de um campesinato negro ordeiro e de uma classe burguesa esclarecida. Cf. HOLT, Thomas C. **The problem of freedom: race, labor and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992, p. 56. Para uma análise sobre o sistema de Aprendizado no Caribe baseada nas perspectivas e experiências dos aprendizes, ver HEUMAN, Gad. *The Apprenticeship System in the Caribbean: the world of the Apprentices*. **New West Indian Guide**, n. 97, p. 229-254, 2023.

²¹PHILLIPS, Anthony D. *Emancipation Betrayed: Social Control Legislation in the British Caribbean (with Special Reference to Barbados), 1834-1876 - Freedom: Beyond the United States*, 70 **Chicago.-Kent Law Rev.** 1349 (1995).



dependência e submissão, os instrumentos de controle sobre o ingresso de ex-escravizados e seus descendentes no mercado do trabalho assalariado, os impedimentos acerca do livre trânsito e da livre associação dos homens de cor nos centros urbanos; tudo isso moldou o conteúdo político e ideológico das perspectivas das elites sobre a construção das sociedades pós-escravistas Atlânticas.

É a partir do conjunto das determinações historicamente conformadas por aquele contexto que devemos compreender as raízes dos referenciais políticos, ideológicos e culturais que informaram a agência dos trabalhadores afro-caribenhos que migraram para a América do Sul a partir do final do século XIX. Tal compreensão, articulada às análises sobre as dinâmicas migratórias em si, permite sustentar uma interpretação na qual aqueles sujeitos históricos não estavam reduzidos à condição de mera força de trabalho móvel, mas eram atores sociais cuja experiência – forjada nas lutas por direitos e igualdade nas sociedades caribenhas pós-escravistas – orientaram estratégias de adaptação, resistência e, em certa medida, de transformação das sociedades nas quais se inseriram.

Hilary Beckles, um dos principais historiadores do tema, destacou a persistência das tensões de raça e classe resultantes da permanência – e da reinvenção – dos dispositivos de mando e controle por parte das elites brancas e senhoriais do Caribe britânico, mesmo após o fim formal da escravidão. Para ele, os anos entre 1838 e 1938 podem ser considerados como "a guerra dos cem anos", pois os conflitos entre os plantadores e legisladores das colônias, por um lado, e libertos, seus filhos e netos, por outro, "criaram um clima endêmico de conflito e hostilidade que moldou as relações sociais" durante aquele período.²²

Outros historiadores desenvolveram interpretações similares a de Beckles, demonstrando como as condições impostas aos libertos caribenhos no pós-abolição repercutiram diretamente na conformação dos conflitos de classe, raça e gênero que marcaram aquelas sociedades até as primeiras décadas do século

²²BECKLES, Hilary. **Great house rules: landless freedom and worker's protest in Barbados, 1838-1938.** Kingston: Ian Randle Publishers, 2004, p. xiii. Em 1897, 63 anos após a abolição, a elite da plantation de Barbados possuía mais de 85% do espaço terrestre da ilha; o governo, e pequenos e médios agricultores detinham, juntos, apenas 14% do espaço, segundo DOWNES, Aviston. The contestation for recreational space in Barbados, 1880-1910. In: THOMPSON, Alvin O. (Ed.) **In the shadow of the plantation: Caribbean history and legacy.** Kingston: Ian Randle Publishers, 2002, p. 382.



XX, numa chave de leitura tributária da História Social de inspiração thompsoniana.²³

No período entre a emancipação e as primeiras décadas do século XX, Jamaica, Tobago, Barbados, Dominica e São Vicente foram tomadas por greves, rebeliões, ataques a autoridades e saques. Somados aos movimentos migratórios, estes elementos constituíram as armas dos homens e mulheres afro-caribenhos contra o desemprego em massa, o corte de salários, o ataque às suas práticas culturais e religiosas e o impedimento de acesso à terra. ²⁴

Nesse sentido, a migração dos trabalhadores afro-caribenhos para a Amazônia, no limiar do século XX, extrapolava as motivações econômicas daqueles atores sociais. Aquele processo migratório deve ser apreendido como parte de um complexo repertório de mobilidades emancipatórias, no qual a circulação transnacional constituía uma estratégia histórica de reivindicação e de materialização, ainda que parcial e contingente, do projeto inacabado de liberdade e cidadania forjado nas experiências abolicionistas e pós-escravistas do Caribe anglófono.

Tais mobilidades, por seu turno, não apenas deslocavam uma força de

²³David V.C. Browne, por exemplo, analisou as lutas da classe trabalhadora negra de Barbados entre 1914 e 1937, demonstrando como a tenacidade excludente e racista da elite mercantil e agrária da ilha - fundamentada em premissas ideológicas enraizadas no passado escravocrata - foi duramente contestada pelos trabalhadores afro-barbadianos. Henderson Carter, por sua vez, enfatizou a complexidade da cultura política da classe trabalhadora barbadiana, constituída a partir da experiência histórica vivida nas adversas condições impostas aos libertos após 1838. Essa cultura engendrou formas sofisticadas de resistência e negociação, capazes de tensionar as estruturas de dominação, minar aspectos do sistema e produzir ganhos materiais e simbólicos concretos para os trabalhadores. BROWNE, David V.C. **Race, class, politics and the struggle for empowerment in Barbados, 1914-1937**. Kingston/Miami: Ian Randle Publishers, 2012; CARTER, Henderson **Labour Pains: resistance and protests in Barbados, 1838-1904**. Kingston/Miami: Ian Randle Publishers, 2012. Nesse mesmo sentido, ver também BOLLAND, Orlando Nigel. **On the march: labour rebellions in the British Caribbean, 1934-1939**. Kingston/Miami: Ian Randle Publishers, 1985.

²⁴Os tensionamentos resultantes daqueles protestos forçaram as elites caribenhas a reestruturarem os mecanismos de repressão e, ao mesmo tempo, fazer algumas concessões aos afro-caribenhos. Os protestos de 1872 em Bridgetown, por exemplo, levaram as autoridades barbadianas a reabilitarem a legislação que regulamenta a emigração de trabalhadores, pois "o governador considerou politicamente e economicamente prudente permitir que várias centenas de pessoas deixassem a ilha, ao invés de arriscar uma rebelião em massa". CARTER, Henderson. The Bridgetown riot of 1872. In: THOMPSON, Alvin O. (ed.) **In the shadow of plantation: Caribbean history and legacy**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2002, p. 345. Ver também HEUMAN, Gad. Post-emancipation resistance in the Caribbean: an overview. In: OLWIG, Karen Fog. **Small islands, large questions: society, culture and resistance in the post-emancipation Caribbean**. New York: Routledge, 2013, p.127-137; HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1836-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. (orgs.) **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



trabalho, mas articulavam fluxos de direitos, expectativas e imaginações políticas que atravessavam fronteiras e redesenhavam os contornos das lutas por pertença e reconhecimento em sociedades marcadas por persistentes hierarquias raciais e coloniais - tanto no Caribe, quanto no Brasil.

Uma historiografia recente tem apontado para a relação necessária entre os movimentos migratórios afro-caribenhos e as tradições de resistência e identidade negras, forjadas nos longos embates por liberdade e autonomia travados durante séculos de escravidão colonial. Tal continuidade evidenciava, simultaneamente, a memória da opressão e do racismo persistentes nas sociedades escravocratas caribenhas, e a transição para novas estratégias e formas de lutas e de consciência afro-diaspórica. Tal processo indica uma interseção contínua entre as tradições de resistência afro-caribenhas e as realidades socioculturais dos novos contextos americanos – no nosso caso específico, a cidade de Porto Velho – e a formação de novas configurações e entendimentos coletivos sobre raça, racismo, liberdade, trabalho e direitos.²⁵

É precisamente nessa encruzilhada que se encontravam os trabalhadores caribenhos que vieram para a Amazônia brasileira a partir do final do século XIX: sujeitos históricos oriundos das complexas formações sociais pós-escravistas das Antilhas britânicas eles, ao se inserirem na sociedade brasileira, mobilizaram conteúdos políticos e culturais informados pelas experiências afro-caribenhas de resistência e negociação em um contexto que, embora igualmente marcado pelo legado da escravidão, apresentava configurações específicas de exploração, precarização e racialização, impondo-lhes novos desafios e novas formas de agência. A chegada em uma sociedade que ainda guardava as memórias frescas de uma recém-extinta escravidão exigiu dos trabalhadores e trabalhadoras afro-caribenhos a compreensão das hierarquias raciais brasileiras e a construção de um aparato de acomodação adaptado àquela nova realidade, além de uma gramática de resistência renovada em seus conteúdos políticos.

²⁵ Cf. PUTNAM, Lara. **Radical moves: Caribbeans migrants and the politics of race in the jazz age**. Chaper Hill: The University of North Carolina Press, 2013. Ver também ROCHA, Elaine Pereira. "Another black like me": strategies of identification among *afrodescendentes* in Latin America. In: ROCHA, Elaine Pereira and BEZERRA, Nielson Rosa (eds.) **Another black like me: the construction of identities and solidarity in the African diaspora**. New Castle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015, p. 1-23; NEWTON, Melanie J. **The children of Africa in the colonies: free people of color in Barbados in the age of emancipation**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008, especialmente os capítulos 7 e 8.



Voltemos, agora, à história do barbadiano Adolphus Collymore e de outros afro-caribenhos em Porto Velho. É justamente na aparência banal e prosaica da vida cotidiana que se manifestam, de maneira concreta, os condicionamentos, as contradições e as mediações estruturais.

O “indesejável” Collymore e outras histórias afro-caribenhas

Como vimos no começo deste artigo, Adolphus Collymore foi alvo de uma queixa escrita por outros barbadianos, endereçada ao gerente geral da Companhia EFMM. Os elementos que compõem a denúncia e o seu pedido de expulsão são os indícios que precisamos para examinar as conexões entre as experiências e perspectivas individuais daqueles trabalhos afro-caribenhos e as determinações sociais mais gerais que abrigavam e informavam aquelas experiências.

Segundo Lara Putnam, as abordagens historiográficas que tem como fulcro metodológico a articulação entre o escopo Atlântico - com suas diversas partes constituintes enredadas em desenvolvimentos históricos interdependentes e recíprocos - e a observação microscópica das trajetórias individuais e coletivas, tem possibilitado a superação do "nacionalismo metodológico" e a construção de quadros analíticos historicamente referenciados, "múltiplos, e sobrepostos.", capazes de explicar as continuidades e descontinuidades concernentes às articulações entre a diáspora africana e a construção das sociedades pós-escravistas nas Américas.²⁶

Ao caracterizar o barbadiano Adolphus Collymore como “indesejável”, seus companheiros de trabalho não apenas expressaram uma aversão subjetiva, mas também acionaram um repertório racializado de representações. Essas classificações evidenciavam a percepção negativa que o coletivo de trabalhadores afro-caribenhos nutria em relação a Collymore e remetiam aos estereótipos e diagnósticos que as elites projetavam sobre a sociedade brasileira.

²⁶PUTNAM, Lara. To study the fragments/whole: microhistory and the Atlantic world. **Journal of Social History**. Vol. 39, N. 3, p. 615-630, Spring 2006, p.621. Sobre nacionalismo metodológico, ver WIMMER, Andreas and SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review**. Vol 37, N. 03,, p. 576-610, Fall 2003. Para uma sugestão de aproximação metodológica sobre essa articulação, ver HOLT, Thomas C. Marking: race, race-making, and the writing of History. **The American Historical Review**, Vol. 100, N. 1, p 1-20, feb. 1995.



Esses estereótipos, que temiam pelo destino da nação caso não se submetesse ao processo de branqueamento, remetiam, por sua vez, ao "negro vagabundo" – um arquétipo que caricaturava os negros como indivíduos atavicamente preguiçosos, violentos e incapazes de integração social. A aversão ao trabalho que caracterizava o temperamento de Collymore – segundo os seus opositores – e o uso da navalha como instrumento de agressão eram, portanto, mais do que características individuais; eram signos de uma narrativa maior que reforçava e perpetuava no imaginário social os temores das elites, na virada do século XIX para o XX, sobre a desintegração da ordem social e a ameaça ao progresso nacional associado ao não-branqueamento.²⁷

Portanto, a escolha das palavras e das representações na petição que solicitava a expulsão de Collymore de Porto Velho não parece ter sido fortuita.

Em primeiro lugar, os trabalhadores afro-caribenhos pareciam a par tanto dos calorosos debates sobre as perspectivas racistas que enquadravam os debates sobre as alternativas de futuro para a sociedade brasileira, quanto das discussões que começavam a apontar os perigos da importação indiscriminada de trabalhadores europeus – uma desconfiança que surgiu no final do século XIX e consolidou-se nas primeiras décadas do XX. As acusações que recaíam sobre alguns grupos de imigrantes brancos imputavam –nos, dentre outras coisas, de aversão ao trabalho, contestação da ordem burguesa e à autoridade do Estado; sobre os negros, rechaçavam-nos por causa dos defeitos de cor, herdados de uma suposta condição genética imperativa. Se o objetivo do grupo era embasar argumentação que excluísse Collymore da comunidade afro-caribenha em Porto Velho, classificá-lo como um "indesejável" parece ter uma estratégia eficaz, pois mobilizou os significados presentes no debate contemporâneo sobre imigração, raça e trabalho.²⁸

O uso da navalha por negros perversos e violentos, por sua vez, era uma

²⁷Cf. AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

²⁸Cf. GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia brasileira frente à imigração afro-americana. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, no 2, p. 307-331, 2003; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; ROCHA, Elaine P. No ugly people in the paradise: undesirable immigrants in the brazilian racial democracy. In: ROCHA, Elaine P. (ed.) **Many rivers to cross: black migrations in Brazil and the Caribbean.** Wilmington: Vernon Press, 2024, p. 133-153; MENEZES, Lená Medeiro de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930).** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.



imagem profundamente enraizada no imaginário social da época. Associados à desordem, à vadiagem e à organização de grupos criminosos como os "capoeiras", tais estereótipos alimentavam a premissa de que a liberdade dos homens de cor deveria ser rigorosamente tutelada pelas elites através do Estado, via mecanismos policiais e jurídicos de repressão e controle. Embora Collymore não tenha sido diretamente acusado de integrar um grupo de capoeiras, a semelhança entre sua gangue, a "Dixey", e esses grupos é evidente. Essa associação implícita com a imagem temida dos capoeiras na nascente república brasileira permitiu que os trabalhadores afro-caribenhos insatisfeitos com a presença do compatriota identificassem e manipulassem, de forma astuta, os conceitos prevalecentes no status quo.²⁹

A habilidade dos trabalhadores afro-caribenhos em reconhecer e explorar essas representações negativas, ao mesmo tempo que resistiam a elas, destaca os meandros complexos da dinâmica de poder, entrecortada pelas realidades contraditoriamente similares e dessemelhantes das sociedades do Atlântico pós-escravista. Eles, os trabalhadores, ao apontarem em Collymore todos os defeitos que a imaginação racista da época produzia e validava, não apenas buscaram eliminar um provável desafeto ou um homem realmente perigoso para a comunidade afro-caribenha em Porto Velho, mas também construir a representação de uma comunidade ordeira, afeita ao trabalho e ao progresso e, portanto, livre da necessidade de ser constantemente submetida à vigilância e repressão que caracterizavam o sentimento de desconfiança das elites e das autoridades policiais em relação aos homens de cor, no Brasil do pós-emancipação.

Assim, ao mesmo tempo em que reforçaram estigmas racistas associados à violência, à incompatibilidade de convivência em sociedade e à vadiagem, o barbadiano Joseph Greaves e seus companheiros - subscritores do requerimento de expulsão de Adolphus Collymore – movimentaram categorias com conteúdo política e simbolicamente racializados e se opuseram às classificações estigmatizantes do seu tempo, atribuindo a si mesmos e aos imigrantes afro-caribenhos, identidades pautadas na adesão à ordem burguesa, ao trabalho e à pacificidade – a avesso da gangue Dixey.

²⁹BALABAN, Marcelo. Quem tem... barriga tem medo”: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte. **Afro - Ásia**, n° 51, p. 175-221, 2015.



A estratégia dos denunciante fazia pleno sentido. A Porto Velho das primeiras décadas do século XX, como bem apontou Ana Carolina Paiva, era um espaço urbano atravessado por tensões, violências, pela vigilância constante tanto da polícia quanto dos capatazes da Companhia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e, é claro, pelo racismo.³⁰ Além disso, entre 1907 e 1912, a cidade transformou-se em um caldeirão étnico-racial, com a chegada de imigrantes das mais diversas nacionalidades: estadunidenses, alemães, libaneses, indianos, portugueses, espanhóis, franceses e caribenhos, dentre outros. Nesse ponto, é preciso lembrar que as teorias que procuravam interpretar as desigualdades sociais em termos de diferenças raciais eram defendidas por intelectuais europeus, estadunidenses e latino-americanos, e não estavam restritas aos círculos acadêmicos e às confrarias letradas; antes, circulavam junto às mercadorias, homens e ideias pelos portos, navios e trens do sistema-mundo capitalista³¹.

Não é de se estranhar, portanto, que o pedido de expulsão de Collymore, elaborado pela comunidade dos trabalhos afro-caribenhos, tenha encontrado ressonância. Em 28 de abril de 1915, o gerente geral da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré escreveu ao contador da Companhia, ordenando a emissão de um bilhete de 3ª classe no vapor que saía de Porto Velho em direção à Manaus. O passageiro seria o barbadiano Adolphus Collymore que, segundo o gerente, era um “personagem desordeiro e vagabundo, a quem o Chefe de Polícia estava mandando embora de Porto Velho”.³²

Naquele momento, a trajetória de Adolphus Collymore entrelaçava-se, mais uma vez, com a ampla e multifacetada história dos movimentos migratórios protagonizados por trabalhadores negros caribenhos nas Américas. Após sua expulsão para Manaus, seus passos seguintes permanecem obscuros. Sabe-se, contudo, que Collymore prosseguiu sua trajetória rumo aos Estados Unidos da América, onde, após uma breve passagem por Nova Iorque, alistou-se no Exército estadunidense — um desdobramento que evidencia, mais uma vez, o caráter transnacional e complexo das circulações negras no mundo atlântico do pós-

³⁰ PAIVA, Ana Carolina Monteiro, *op. cit.*

³¹ Segundo Wallerstein, o sistema-mundo pode ser compreendido como “uma ampla região espaço-temporal que atravessa inúmeras unidades políticas e culturais, integradas por atividades econômicas e institucionais obedecendo regras sistêmicas.” WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo:** una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

³² MERO- CDRH - CA0113



emancipação.

Conforme registro do Terceiro Batalhão de Engenheiros, datado de 30 de abril de 1919, Adolphus Collymore figurava como 'recruta sem atribuição definida', alocado na coluna específica destinada aos 'homens de cor (colored)' daquele destacamento. Nos anos subsequentes, o barbadiano aparece em diversos documentos institucionais ora como recruta, ora como cozinheiro, e posteriormente como soldado efetivo daquele mesmo exército.³³

Assim, a trajetória de Collymore no Exército norte-americano não deve ser interpretada como um episódio isolado em sua mobilidade transnacional, mas como parte constitutiva de um itinerário mais amplo, no qual homens negros caribenhos como ele articularam estratégias de adaptação, sobrevivência e resistência dentro de um complexo circuito atlântico que conectava o Caribe, a Amazônia e os Estados Unidos. A sua inserção no Exército dos EUA, nesse sentido, deve ser lida como uma metáfora de uma experiência de classe e de raça, em um contexto profundamente marcado por hierarquias racializadas.

Collymore faleceu no Arizona, em 17 de novembro de 1929, conforme registro oficial do Exército dos Estados Unidos. Sua certidão de óbito, que também consignou sua condição de homem solteiro e racialmente categorizado como 'de cor', atestou que sua morte decorreu de um ataque cardíaco fulminante, ocorrido enquanto ainda se encontrava em serviço ativo no Forte Huachuca, situado no condado de Cochise, Arizona. ³⁴

³³"United States, Enlisted and Officer Muster Rolls and Rosters, 1916-1939", database, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:2:WBS8-RX2M> : 8 April 2022), Entrada para Adolphus Collymore, 1924. A trajetória de Collymore exemplifica as ambiguidades e contradições que marcaram a experiência dos homens negros no Exército estadunidense no imediato pós-Primeira Guerra Mundial. Embora o serviço militar oferecesse uma via de inserção social, com salários regulares, acesso a treinamento técnico e a possibilidade — ainda que remota — de obtenção da cidadania plena, essa inclusão estava sistematicamente mediada por um regime de segregação institucional e exclusão racial. Segundo Chad L. Williams, os soldados negros, incluindo migrantes caribenhos, foram majoritariamente confinados a funções logísticas e de apoio, como cozinheiros, estivadores ou trabalhadores braçais, sendo impedidos de ascender a posições de comando ou de integrar unidades de combate. WILLIAMS, Chad L. **Torchbearers of democracy: African american soldiers in the World War I Era**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

³⁴Arizona Deaths, 1870-1951,"database withimages, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:2:M7JC-41Z> : 6 April 2020), Entrada para Adolphus Collymore, 1929; citing Fort Huachuca, Cochise, Arizona, reference 34, Department of Library and Archives, Phoenix, Arizona; FHL microfilm 2,114,587. Fundado em 1877, este destacamento militar desempenhou papel central na consolidação das fronteiras do sudoeste estadunidense e, sobretudo, como base estratégica para a mobilização dos chamados Buffalo Soldiers — unidades compostas exclusivamente por homens negros, que permaneceram segregadas até meados do século XX.



A trajetória de Collymore, ao mesmo tempo singular e exemplar, evidencia dinâmicas mais amplas que marcaram a experiência de milhares de trabalhadores afro-caribenhos deslocados para distintas regiões das Américas. Assim como ele, muitos desses sujeitos enfrentaram situações cotidianas de arbitrariedade e violência, frequentemente protagonizadas pelas autoridades locais e sistematicamente reportadas em registros oficiais e na imprensa, ou mesmo informalmente.

Em vinte de junho de 1913, a afro-caribenha Kathleen Austin, lavadeira, escreveu a Rudolph O. Kesselring, engenheiro alemão que ocupava o cargo de gerente geral da EFMM desde 1912 e de diretor da *Guapore Rubber*, companhia estadunidense que explorava alguns seringais na Amazônia e que havia inaugurado a navegação comercial no rio Guaporé. Suas palavras foram as que se seguem:

Permita-me muito respeitosamente lhe informar que a 17 do corrente [mês de junho], depois de sair do meu trabalho na Lavanderia, a hora do almoço, antes de este começar, fui surpreendida por dois policiais, que me intimaram a comparecer perante o Sr. Chefe de Polícia. Ali chegando, os policiais me levaram a prisão, dizendo-me o Sr. Chefe de Polícia que se eu quisesse me libertar, teria de lhe pagar a quantia de CEM MIL RÉIS (100\$000), sob o fundamento ou pretexto que um dia antes eu estava questionando com outra mulher. A fim de poder voltar ao meu serviço na Lavanderia, tive que pagar ao Sr. Chefe de Polícia a quantia mencionada. Sr., creio que esse enorme desagravo por parte do citado homem, impondo multas tão pesadas a nós antilhanos, é devido a não sabermos falar a sua língua, resultando sempre sermos vítimas de tal. Julgo, por conseguinte, pôr V.S. ao corrente deste assunto, esperando que o mesmo mereça sua melhor atenção, a fim de que a dita importância seja restituída, visto haver sido ilegalmente tomada. Se V.S. desejar testemunhas, eu poderei lhe as fornecer. Agradecendo-lhe antecipadamente, enquanto espero pelos resultados, peço permissão para subscrever.³⁵

Não era incomum que mulheres afro-caribenhas ocupassem a função de lavadeiras que prestavam serviços privados ou para a Companhia EFMM. Segundo Julio Ribeiro, jornalista que esteve em Porto Velho em dezembro de 1912 - seis meses antes da reclamação acima transcrita – havia na cidade uma "bem montada lavanderia a vapor (...) A lavandaria presta inestimáveis serviços, porque as lavadeiras particulares, em geral barbadeanas ou martinicanas,

³⁵MERO - CDHR-CA0113



cobram o triplo ou mais desses preços." '36

O comentário rápido de Ribeiro é importante, mas não deve ser tomado ao pé da letra. Em primeiro lugar, porque o epíteto "barbadianos" foi utilizado, na época e pela historiografia posterior, como designação geral dos afro-caribenhos oriundos de colônias britânicas – não era incomum, por exemplo, a presença de trabalhadores da Jamaica ou de Trinidad. Em segundo lugar, porque é curioso vê-lo atribuir nacionalidades tão distintas à um grupo de mulheres exercendo o mesmo ofício: Barbados e Martinica foram colônias de países diferentes – Inglaterra e França – e, portanto, os descendentes de escravizados de ambas as ilhas possuíam um repertório cultural bastante diferente.

A única coisa que tinham de semelhante - e a única que importava para Ribeiro, ao que tudo indica – era a cor da pele. Por último, é preciso lembrar que as gerações posteriores ao período pós-emancipação, tanto no Caribe britânico quanto no francês, tinham em seu horizonte a luta constante pelo controle e condições do tempo de trabalho; portanto, cobrar "o triplo ou mais", mais do que o resultado de um cálculo econômico, era uma forma de reivindicar autonomia e dignidade em um contexto em que o trabalho manual continuava a ser visto sob uma ótica racializada.³⁷

Segundo o relato de Austin, a justificativa apresentada pelo chefe de polícia foi a de que Kathleen estaria "questionando com outra mulher", o que sugere uma alteração verbal e um episódio de desordem interpessoal. Não é possível afirmar, de forma categórica, que a condição de negra e/ou estrangeira tenha sido, isoladamente, os fatores determinantes para a prisão arbitrária e para a alegada extorsão - e dificilmente isso apareceria na documentação, pois o Código Penal de 1890 não possuía nenhum dispositivo que criminalizasse, diretamente, a cor da pele ou a nacionalidade. Havia, contudo, dispositivos de natureza eminentemente disciplinadora, como o artigo 399 - que tipificava a "vadiagem" como delito –, frequentemente mobilizado pelas forças policiais como instrumento de controle social e repressão seletiva sobre populações negras,

³⁶NOGUEIRA, Júlio. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1913, p 15; Sobre as mulheres afro-caribenhas em Porto Velho, ver BLACKMAN, Cledenice. **Do mar do Caribe à beira do Madeira II: a diáspora afro-antilhana para o Brasil**. Porto Velho: Rocha Gráfica e Editora, 2022, especialmente o capítulo 2.

³⁷Sobre o Caribe francês, ver CANELAS, Letícia Gregório. "Livres de cor" na Martinica: questões sobre raça e gênero no Caribe francês (séculos XVIII-XIX). **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1–26, 2020.



pobres e imigrantes, no contexto da Primeira República.³⁸

Podemos avançar na compreensão das intenções da polícia através das palavras da própria Austin. Segundo ela, prisões e extorsões desse tipo eram práticas recorrentes e motivadas, sobretudo, pelo incômodo dos policiais locais em relação ao uso, pelos trabalhadores negros caribenhos, de línguas estrangeiras como o inglês e o francês. Esses indícios permitem inferir que a atuação policial era fortemente atravessada por percepções xenófobas e racializadas, nas quais a incompreensão linguística era potencializada como um marcador de alteridade e de suspeição. A circulação de línguas alheias ao português poderia ser interpretada pelas forças de segurança como uma ameaça à ordem pública, já que a barreira comunicativa fragilizava os dispositivos institucionais de vigilância e controle social sobre as populações negras estrangeiras que transitavam pelos espaços urbanos de Porto Velho.

É significativo, nesse sentido, que Kathleen tenha sido detida no dia seguinte ao incidente, possivelmente em decorrência de uma denúncia, reforçando a ideia de que a presença de sujeitos afro-caribenhos, marcados pela racialização e pela diferença linguístico-cultural, era sistematicamente vigiada e punida no cotidiano daquela cidade amazônica.

Kathleen Austin estava plenamente ciente da arbitrariedade da situação. Sua reclamação não se limitava à restituição do dinheiro extorquido, mas também à exigência de reconhecimento e reparação por uma violência sistemática e recorrente contra a comunidade afro-caribenha. Apesar de ter sido a única presa na ocasião, Austin parecia compreender que o fato de ter sido publicamente detida era um agravante da sua condição particular e da condição coletiva dos afro-caribenhos em Porto Velho.³⁹

Ela entendia que a extorsão financeira era apenas uma faceta de um problema mais profundo e enraizado na opressão e discriminação enfrentadas

³⁸BRETAS, Marcos. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

³⁹Como afirmou James Scott, "a dignidade é um atributo que tem tanto de privado quanto de público. Uma pessoa pode experimentar um sentimento de ultraje às mãos de outra pessoa sem que mais ninguém presencie ou venha saber o que aconteceu. O que parece ser claro, no entanto, é que qualquer afronta a nossa dignidade é consideravelmente agravada quando é infligida em público. (...) Qual é, então, o público diante do qual o ultraje se torna mais nocivo? Diria que são, justamente, as pessoas perante as quais a nossa dignidade, o nosso valor como seres humanos é mais importante, por serem elas a fonte social da nossa auto-estima". SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013, p. 166.



por sua comunidade, que encontrava respaldo e fundamento nas noções racializadas que serviam de parâmetro para as ações das autoridades. O que Austin - e talvez outros trabalhadores caribenhos, uma vez que a mesma afirmou que poderia "fornecer" testemunhas sobre a sua denúncia – estava realmente articulando, era uma crítica ao sistema de dominação que impunha barreiras ao exercício da cidadania e pressupunha a marginalização dos trabalhadores afro-caribenhos.

Assim como John Greaves, ao denunciar Adolphus Collymore e sua gangue Dixey, buscava dissociar a comunidade afro-caribenha dos estigmas da criminalidade, enfatizando valores como trabalho, ordem e obediência, numa tentativa de reivindicar para ela um status de respeitabilidade social equiparável ao dos setores brancos, Austin também reivindicava o reconhecimento da injustiça a que estavam submetidos os trabalhadores e trabalhadoras do Caribe negro.

Em ambos os casos, o propósito convergia: contestar e reverter as narrativas públicas que produziam e reproduziam representações estigmatizantes e racialmente hierarquizadas sobre a comunidade afro-caribenha, bem como protegê-la das arbitrariedades das autoridades repressivas, afirmando sua dignidade e capacidade de agência no interior de uma sociedade profundamente marcada por desigualdades étnico-raciais.

É nesse mesmo horizonte de reivindicação de direitos e de resistência às práticas abusivas das forças repressivas que se insere a ação de Francisco Vicente. Em 27 de março de 1922, o carpinteiro de 38 anos, natural da ilha de Santa Lúcia – uma colônia inglesa na América Central – solicitou a concessão de um *habeas corpus* preventivo ao juiz de Direito da comarca de Porto Velho. Ele alegou que, após relatar a terceiros ter sido vítima de várias tentativas de extorsão por parte do policial Álvaro de Carvalho, passou a ser ameaçado com a prisão por esse mesmo agente; este, por sua vez, exigia que Vicente voltasse atrás em suas acusações. Assim, requeria ao juiz um remédio jurídico que garantisse a sua capacidade “se locomover livremente, não sendo prejudicado na sua liberdade pela polícia desta cidade”.⁴⁰

⁴⁰Todo relato narrado aqui baseia-se no processo-crime da comarca de Porto Velho, número 0004/1922, caixa 32 - 1A. Centro Cultural, de Documentação Histórica e Memória do Judiciário de Rondônia (CCDHM).



A perseguição ao antilhano teve início em uma briga de rua, um mês antes do seu pedido de *habeas corpus*. Francisco Vicente alegou que no dia 24 de fevereiro a esposa dele, Margarida Vicente, entrou em luta corporal contra Elias George e a mulher deste, Maria Adriana, do que resultaram ferimentos nesta última. Acusado como autor dos ferimentos - pois tentou defender a sua esposa - foi preso e recolhido à cadeia pública por ordem do delegado, “conservando-se preso” das 09 horas da manhã às 17 horas do mesmo dia 24.

Ao ser solto, Vicente alega ter pagado, “segundo exigência que lhe foi feita, a importância de 55 mil-réis” ao agente de polícia Álvaro de Carvalho. No dia 26 de fevereiro, segundo ele, foi novamente preso e recolhido à cadeia, de onde saiu no dia 27, depois de pagar 200 mil-réis ao mesmo agente, após mais uma exigência deste último.

No dia oito de março, mais uma convocação: chamado à polícia, Vicente alega que dessa vez foram-lhe exigidos o pagamento de 150 mil-réis. O policial Álvaro de Carvalho alegou que “esse dinheiro era para pagar ao Hospital da Candelária”, no qual Maria Adriana, a vítima da briga em que Vicente e sua mulher haviam se metido, supostamente estaria fazendo tratamento. Ele entregou a quantia ao agente, “mas esta soma não foi paga” ao hospital da Candelária, conforme soube depois por terceiros.

No dia 19 de março, foi a vez da sua esposa ser vítima do esquema de extorsão. Segundo Francisco Vicente, o responsável pelo crime foi o “carcereiro da cadeia pública” de Porto Velho”, que exigiu o valor de 27.500 mil-réis para que a sua companheira pudesse “ser posta em liberdade”.

O antilhano, contudo, recusou-se a submeter-se aos desmandos dos representantes da força policial. De modo arguto, acionou dois dispositivos essenciais à própria reprodução da ordem instituída, não apenas visando conter as arbitrariedades de que era vítima, mas, sobretudo, para afirmar publicamente sua condição de sujeito portador de direitos, em um contexto social no qual as categorias de cor, trabalho e nacionalidade estavam profundamente imbricadas, conformando mecanismos de exclusão, subalternização e racialização.

Um deles, como acabamos de ver, foi o poder judiciário. A primeira opção de Francisco Vicente, porém, foi a imprensa.

Inconformado com a violência dos policiais, Vicente foi à redação do jornal



Alto Madeira, e expôs a sua situação, detalhadamente.⁴¹ No dia 26 de março de 1922, o periódico publicou uma notícia nos seguintes termos:

Extorsões

Temos recebido, por várias vezes queixas sobre as extorsões que vem fazendo a polícia desta cidade. Nada comentamos até agora porque não podíamos crer na veracidade dos fatos que nos eram narrados. Agora, não podemos deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, em face da gravidade e veracidade do caso, que a Polícia de Porto Velho, por motivo ignorado, recebeu do sr. Francisco as importâncias seguintes: 55\$000, 200\$000, 150\$000, 27\$500.⁴²

Chama a atenção o fato de o jornal admitir, de maneira explícita, que tinha conhecimento prévio da recorrência das práticas extorsivas perpetradas pela polícia de Porto Velho. Mais significativo, contudo, é que o redator tenha conferido credibilidade imediata à denúncia de Francisco Vicente – o que pode sugerir, ainda que de modo especulativo, que o antilhano contava com algum tipo de rede de apoio ou conexão informal junto à imprensa local, capaz de ampliar a ressonância de sua queixa. O denunciante, assim, logrou êxito não apenas em alardear a sua condição de vítima das violências policiais, mas também em inscrever, no espaço público, uma crítica contundente às práticas repressivas locais.

O resultado, porém, não foi exatamente o que Vicente esperava. Chamado novamente à delegacia, no mesmo dia em que fora publicada a denúncia de extorsão, foi coagido pelo agente Álvaro de Carvalho – provavelmente apreensivo quanto a repercussão da denúncia – “a negar a veracidade dos referidos fatos a que fez menção a referida notícia, sob pena de não o fazendo, ser novamente preso e processado”. Diante da gravidade da intimidação e temendo represálias ainda mais severas, o carpinteiro caribenhno recorreu a um *habeas corpus* preventivo, acionando, dessa vez, os meios legais.

Questionada pelo Poder Judiciário, a delegacia de polícia limitou-se a

⁴¹O periódico Alto Madeira foi fundado em 1917, em Porto Velho, pelo primeiro intendente da cidade, o médico Joaquim Augusto Tanajura. Antes dele, outros jornais já haviam circulado pela região, como o The Porto Velho Times e o The Porto Velho Marconigram. Sobre este último, há fac-símiles de alguns números na obra de NEELMAN, Rose; NEELMAN, Gary. **Trilhos na selva**: o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira Mamoré. São Paulo: BEI Comunicação, 2011.

⁴²Jornal Alto Madeira, n. 506, de 26 de março de 1922
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&pagfis=25170>



afirmar que “não existe nenhuma ameaça de prisão por parte da polícia”. No entanto, o Promotor Público, reconhecendo a gravidade da situação, considerou “fundados os receios de novas violências” e destacou tratar-se, portanto, de um caso típico de habeas corpus preventivo, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em decisão análoga de 1916. Diante disso, manifestou-se favoravelmente à concessão da medida. Em 28 de março de 1922, o juiz acolheu o parecer e deferiu o habeas corpus, garantindo que Francisco Vicente pudesse “livre de qualquer coação ou constrangimento em sua liberdade, transitar pelas ruas desta cidade”. Além de reconhecer a ilegalidade da coação policial, o magistrado sublinhou a “má-fé” do delegado ao sonegar as informações requisitadas, determinando, assim, a expedição imediata do alvará pela autoridade policial.

O deferimento do habeas corpus, com o reconhecimento explícito, por parte do Judiciário, da “má-fé” do delegado e da legitimidade dos receios de denunciante, não apenas revela que havia fissuras importantes no funcionamento do aparato repressivo local, mas também que Francisco Vicente sabia muito bem como explorá-las. Embora o poder policial operasse cotidianamente segundo práticas de violência e extorsão — como denunciou o próprio jornal *Alto Madeira* —, a concessão judicial do habeas corpus sugere que, em determinadas circunstâncias, as instituições podiam ser forçadas a reconhecer os limites da arbitrariedade estatal.⁴³

O episódio envolvendo Adolphus Collymore, Kathleen Austin e Francisco Vicente, exemplifica, de maneira paradigmática, como indivíduos afro-caribenhos articularam estratégias variadas na defesa de seus direitos e na contestação das práticas repressivas cotidianas. Sua iniciativa evidencia não apenas uma agência individual, mas também sugere a existência de redes de solidariedade e de apoio que possibilitaram tais mobilizações no espaço urbano

⁴³A historiografia que analisa a atuação de escravizados, libertos e homens livres pobres junto ao poder judiciário, sublinhando sua capacidade de agência mesmo em contextos profundamente coercitivos, constitui um dos aportes mais inovadores da historiografia social brasileira e atlântica das últimas décadas. Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GRINBERG, Keila. **Liberata, a lei da ambigüidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; SCOTT, Rebecca. **Degrees of freedom**: Louisiana and Cuba after slavery. Massachusetts: Belknap Press, 2008; JONES, Martha. **Birthright citizens**: a history of race and rights in Antebellum America. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.



de Porto Velho. Esses indícios remetem a uma presença afro-caribenha marcada por formas específicas de organização social e territorial que se materializaram na conformação do chamado “bairro barbadiano”, ou Barbadian Hill—construído pelos operários caribenhos durante os anos finais da obra da EFMM.

Uma breve análise desse espaço — simultaneamente geográfico, social e simbólico — pode ajudar a compreender como esses imigrantes construíram redes de pertencimento e sociabilidade que foram fundamentais para a sua inserção e resistência na Amazônia brasileira da Belle Époque.

Barbadian Town: um bairro afro-caribenho na Amazônia do pós-abolição

Barbadian Hill foi erigido, segundo o antropólogo Sidney Greenfield, em um terreno de “dez mil pés quadrados” (aproximadamente 929 mil metros quadrados) cedido pela companhia EFMM, que também forneceu os materiais para a construção das casas. Logo os imigrantes afro-caribenhos passaram a plantar frutas e vegetais e a criar animais como ovelhas, cabras e porcos, “como era o seu costume em suas casas”. Situado numa colina próxima aos barracões e às oficinas da companhia, Barbadian Hill não demorou “a abrigar pessoas de mais de *vingte nacionalidades*, até que outros bairros fossem construídos”.⁴⁴

Chama a atenção o fato de que, apesar de abrigar uma diversidade de origens nacionais, o espaço fosse chamado de Colina Barbadiana (Barbadian Hill) ou Cidade Barbadiana (Barbadian Town). Talvez isso fosse resultado da prática de classificarem de “barbadianos” todos os afro-caribenhos que chegavam da centro-américa, independente da língua ou dos costumes. De qualquer modo, essa diversidade refletia a amplitude e a complexidade da diáspora afro-caribenha nas Américas e evidenciava a formação de um microcosmo cultural

⁴⁴GREENFIELD, Sidney M. Barbadians in the Amazon and Cape Verdeans in New England: contrasts in adaptations and relations with homelands. **Ethnic and Racial Studies**. Vol. 8, N. 2, April 1985, pp. 209-232, p. 214, grifo meu. O escritor Hugo Ferreira é bem mais conservador na estimativa do tamanho do terreno inicial do Barbadian Town: mil metros quadrados. Ver FERREIRA, Hugo. **Reminiscências da Madmamrly e outras mais**. Porto Velho: s/ed, 1968, p. 47. A citação sobre o caráter multinacional dos moradores de Barbados Town é de RODRIGUES, Jones Santos Rodrigues. La construcción del ferrocarril Madeira-Mamoré y el Caribe inglés: la primera inmigración negra libre para Brasil. **Vegueta**. N. 11, Año 2009-2010. Anuario Anuario de la Facultad de Geografía e Historia Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, pp. 89-100, p. 93. Infelizmente, nenhum dos três autores indica em quais fontes basearam as suas considerações acerca da Barbadian Town.



onde identidades diversas interagiam e coexistiam.

As casas construídas no Barbadian Town seguiram o estilo das moradias das classes trabalhadoras de Barbados e da Jamaica, conhecidas como *chattel houses*: a característica principal delas era a sua completa composição em madeira, geralmente em formato de tábuas. Segundo Carter, os trabalhadores do Caribe britânico no pós-abolição possuíam dois tipos de morada: “O primeiro tipo era a velha cabana escrava. (...) O segundo era a estrutura de madeira (...) A origem de tal estrutura estava relacionada diretamente à insegurança da posse da terra e à habilidade e engenhosidade dos artesãos da classe trabalhadora”.⁴⁵

A arquitetura de Barbadian Town, transplantada para o Brasil do Caribe negro, oferece uma oportunidade para refletirmos sobre a continuidade e adaptação das estratégias e práticas de sobrevivência desenvolvidas pelos trabalhadores afro-caribenhos no contexto de opressão e instabilidade das ilhas britânicas da América Central. As *chattel houses* eram, como já sabemos, casas construídas com tábuas e suspensas do solo com estacas de madeira, facilmente montáveis e desmontáveis. Segundo James Winston:

As massas [em Barbados do pós-abolição] viviam em "chattel houses". Eram estruturas especificamente devolvidas pelas pessoas para ajudarem-nas a se adaptar ao sistema de arrendamento. O sistema de arrendamento (...) cedia um espaço nas *plantations* dos proprietários para uma pequena casa, em troca do trabalho nas terras do dono da propriedade. Quando disputas surgiam entre arrendatários e proprietários, estes rapidamente despejavam aqueles, sem nenhuma punição. Assim, para minimizar a sua vulnerabilidade, os arrendatários construíam habitações que ele ou ela poderiam facilmente desmontar e levar para outro lugar. (...) Com a ajuda de uma carroça e de alguns amigos, uma daquelas chattel houses poderia ser desmontada, transportada e reconstruída em algumas horas.⁴⁶

Aquela arquitetura da precariedade laboral e racial, por assim dizer, era fruto das relações profundamente assimétricas de poder estabelecidas no Caribe britânico - principalmente Jamaica e Barbados – após a abolição da escravidão, e refletia o exercício de domínio e controle estabelecido pelos brancos sobre a grande massa de homens e mulheres negras, principalmente no que diz respeito

⁴⁵CARTER, Henderson. **Labour pains: resistance and protest in Barbados, 1838-1904**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2012. E-book Kindle, posição 1294.

⁴⁶JAMES, Winston. **Holding aloft the banner of Ethiopia: Caribbean radicalism in early twentieth-century America**. London/NY: Verso, 2020, p. 57.



ao controle das condições de trabalho e do acesso ao cultivo da terra. A concentração de terras nas mãos dos brancos e o seu alto preço no mercado fundiário, a dependência da economia da cana de açúcar, as legislações restritivas baseadas na cor dos indivíduos e os preconceitos de raça e de cor que permaneceram mesmo após o fim da escravidão explicavam o modelo de moradia de alta mobilidade e provisoriedade.

Nesse sentido, mais do que uma mera continuidade cultural de práticas vagamente ancestrais, a reprodução das *chattel house* em Porto Velho remetia às condições de trabalho e de sobrevivência que os ex-escravizados encontraram após o fim da escravidão no Caribe inglês. A decisão de erguer casas daquele tipo em Porto Velho – provisórias e móveis – provavelmente exprimia uma desconfiança em relação à perenidade da posse da terra e, com certeza, expressava um ceticismo em relação às regras de dominação e de exploração da sua força de trabalho num país que tinha muito recentemente abolido a escravidão.

Afinal, eram os brancos, brasileiros e estadunidenses, que comandavam o processo de construção da Estrada de Ferro e do espaço urbano em seu entorno, e os trabalhadores negros caribenhos conheciam muito bem as regras racializadas daquele jogo. Assim, a arquitetura de Barbadian Town inscrevia-se não apenas na persistência de elementos culturais caribenhos transpostos para o Brasil, mas também se afirma como um ato de resistência e de autonomia dentro das dinâmicas de poder e exploração da Amazônia do pós-abolição.⁴⁷

Apesar de ter o nome de bairro barbadiano, o Barbadian Town, como vimos, abrigava moradores de outras nacionalidades, como Granada, São Vicente, Trinidad, Jamaica e Guiana. Além disso, é muito provável que abrigasse também moradores brasileiros, principalmente homens brancos pobres e homens de cor, oriundos dos movimentos migratórios relacionados ao surto da borracha, e migrantes nordestinos - cearenses, em especial – que haviam se deslocado para a Amazônia em função das oportunidades oferecidas pela exploração da borracha, a partir dos últimos decênios do século XIX.

A presença de migrantes cearenses em Porto Velho, na virada do século

⁴⁷A historiografia que tratou do assunto abordou as *chattel houses* como uma reminiscência cultural e como um traço definidor de uma identidade afro-caribenha em Porto Velho sem, entretanto, fazer uma conexão com o contexto opressivo do pós-emancipação tanto no Caribe britânico quanto no Brasil. Cf. NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **Entre catengas e muniças**: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho. Tese de Doutorado em Geografia. UFPR, 2015.



XIX para o XX, é particularmente reveladora e digna de uma análise aprofundada⁴⁸. É plausível que uma parte significativa desse contingente fosse composta por indivíduos de cor, descendentes de ex-escravizados que buscavam escapar da seca e das condições precárias de trabalho no nordeste brasileiro. Atravessados por marcadores raciais e de classe, aquele grupo, assim como de outros brasileiros negros, havia chegado na Amazônia sob circunstâncias muito similares aos afro-caribenhos – em busca de condições melhores de vida e trabalho – mas carregavam experiências e costumes diferentes.

O contato entre os brasileiros negros e a comunidade negra caribenha na Porto Velho do pós-abolição representa um campo de estudo ainda não explorado, mas de imensa importância. A interação entre esses dois grupos pode oferecer insights valiosos sobre como as dinâmicas de classificação e hierarquização raciais e de classe foram elaboradas e ajustadas na Amazônia. A forma como essas comunidades se relacionaram – entre tensões, solidariedades e disputas – pode lançar luz sobre os mecanismos pelos quais as identidades raciais e sociais foram moldadas e reproduzidas na Amazônia ao longo do século XX.

Há um elemento interessante na composição do Barbadian Town, ligado à sua nomenclatura, que pode servir de indício para compreendermos como os trabalhadores afro-caribenhos foram submetidos a processos de racialização típicos da sociedade brasileira do pós-emancipação.

Na imprensa, nos documentos oficiais e nos registros memorialistas, Barbadian Hill era, não raro, chamada de "Alto do Bode". Anedótico, mas definitivamente sugestivo, se levarmos o contexto pós-escravista do Brasil.

O nome Alto do Bode, segundo alguns historiadores – baseados, por sua vez, em depoimentos de filhos e netos dos trabalhadores caribenhos que chegaram em Porto Velho no começo do século XX – pode ter surgido de quatro situações:

que essa comunidade recebeu esse nome, em consequência da grande quantidade de bodes que os/as antilhano/as criavam; 2) devido à língua falada (o inglês barbadiano, idioma oficial utilizado na Comunidade Antilhana) que os brasileiros associavam ao balido dos bodes, ou seja, que os antilhanos não conversavam e sim baliavam; 3) em função de alguns antilhanos

⁴⁸Ana Carolina Paiva chamou a atenção para o fato de que imigrantes caribenhos e migrantes cearenses conviviam no mesmo espaço, mas não aprofundou esse aspecto. PAIVA, Ana Carolina. *Op. Cit.*, p. 142.



possuírem barbichas fazendo alusão ao bode ou 4) que o apelido “Alto do Bode” está associado ao mau cheiro característico [segundo os preconceitos racistas] da raça negra que lembra o odor do bode⁴⁹

As hipóteses parecem funcionais; porém, podemos avançar para além dessas explicações formais.

Convém recordar que a figura animalesca do bode foi, historicamente, mobilizada como metáfora pejorativa para a população negra e mestiça desde o período colonial brasileiro, constituindo-se em um dos signos fundamentais na construção da alteridade racializada. Como aponta Clóvis Moura, o termo era empregado para designar, de forma estigmatizante, o “mestiço de negro com mulato”, revelando o funcionamento de um sistema classificatório que operava na produção e reprodução da inferiorização dos sujeitos racializados. Esse processo traduz a atribuição de sentidos fixos e hierarquizados a partir de traços fenotípicos e culturais, reiterando a naturalização das desigualdades.⁵⁰

A força simbólica da associação entre negro e bode era tanta que, em 1859, Luiz Gama publicou os versos de “Quem sou eu?”, no livro “Primeiras Trovas Burlescas” - poema que ficaria posteriormente conhecido como “Bodarrada”. Apesar de longo, vale a pena a transcrição:

Eu bem sei que sou qual Grilo,
De maçante e mau estilo;
E que os homens poderosos
D’esta arenga receosos
Hão de chamar-me – tarelo,
Bode, negro, Mongibelo;
Porém eu que não me abalo,
Vou tangendo o meu badalo
Com repique impertinente,
Pondo a trote muita gente.
Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muito
vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baíos, pampas e malhados,
Bodes negros, *bodes brancos*,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
(...)

⁴⁹BLACKMAN, Cledenice. **Do mar do Caribe à Beira do Madeira: Historiografia, cultura e imigração**. Curitiba: Appris, 2019, p. 54

⁵⁰SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



Bodes há santificados,
Que por nós são adorados.
Entre o coro dos Anjinhos
(...)
Para que tanto capricho?
Haja paz, haja alegria,
Folgue e brinque a bodaria;
Cesse, pois, a matinada,
Porque tudo é *bodarrada*!⁵¹

No poema, Luiz Gama mobiliza a figura do “bode” como um recurso metafórico de elevada densidade crítica, por meio do qual interpela e desestabiliza as hierarquias sociais e raciais que estruturavam a sociedade brasileira oitocentista. Ao autodefinir-se como um bode – animal historicamente associado à marginalidade, ao desprezo e, frequentemente, à animalização dos sujeitos racializados – o poeta opera uma inversão irônica das categorias de inferiorização impostas aos negros e mestiços no Brasil escravista. Longe de apenas reforçar o estigma, Gama ressignifica o símbolo, desafiando, com mordaz inteligência, as pretensões de pureza, civilização e superioridade das elites brancas.

O uso da expressão “Alto do Bode” para designar uma área habitada majoritariamente por afro-caribenhos em Porto Velho não pode ser interpretado como uma mera imprecisão toponímica; ao contrário, remetia-se, simbolicamente, ao universo de representações racializadas construídas no bojo da escravidão negra brasileira. A toponímia carregava, assim, uma densidade semântica que operava como marcador de alteridade, transformando o espaço físico da Barbadian Town em um significante simbólico da marginalização racial. A animalização embutida na denominação “bode” dialoga diretamente com os mecanismos de desumanização que marcaram a história do racismo no Brasil, em especial aquele dirigido às populações negras nos espaços urbanos após a abolição.

O jornal Alto Madeira desempenhou papel recorrente no processo de racialização do território urbano ao reiterar sistematicamente o uso do termo “Alto do Bode” em matérias que tratavam de conflitos, desordens e delitos atribuídos, quase sempre, aos moradores daquele bairro.

⁵¹GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas de Getulino**. 2a ed. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Cia, 1861, p. 141 - 141.



Em 1º de junho de 1919, por exemplo, o periódico publicou a manchete “Encrenca no Alto do Bode”⁵², afirmando que “o Alto do Bode, que desde algum tempo estava em paz”, havia voltado a ser palco de violência, desta vez protagonizada por Geraldo Ruy e Viola Brockles. De acordo com a reportagem, ambos teriam entrado em luta corporal “como **dois cães** possessos, tal era a fúria com que se estraçalharam”. A suposta brutalidade do episódio teria cessado apenas quando Viola se armou de uma quicé⁵³ e golpeou Geraldo no abdômen. A linguagem utilizada — marcada por imagens de ferocidade e animalidade —, aliada à ênfase na interrupção momentânea de uma “paz” tida como instável, não apenas reforça o estigma racial que pesava sobre os habitantes do bairro, mas também reproduz um discurso de vigilância constante e de patologização da vida social negra, comuns no Brasil do começo do século XX.

Assim, o espaço do “Alto do Bode” foi representado como um território essencialmente desviante, em que a violência não seria um fenômeno conjuntural, mas uma característica sugestivamente associada ao grupo racial e étnico ali identificado.

Casos similares se repetiram em edições anteriores do Alto Madeira. Em 2 de junho de 1918, o jornal noticiava o julgamento do recurso de Arthur Blakett, condenado a 17 anos de prisão por assassinar um compatriota “no Alto do Bode, por questões de ciúmes, no dia de Natal de 1916”⁵⁴; e, em 12 de setembro de 1918, prometia “notícias frescas” sobre uma tentativa de homicídio cometida por “barbadianos trasmalhados” contra um guarda da Madeira-Mamoré Rail Co.⁵⁵ O uso sistemático do nome “Alto do Bode” como sinônimo de um território perigoso revela que não se tratava apenas de um apelido popular, mas de uma categoria racializada que produzia efeitos concretos na forma como o espaço urbano era percebido, controlado e narrado.

⁵² Alto Madeira, 1 de junho de 1919. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22ALTO+DO+BODE%22&pagfis=24439> Acesso em: 27 jan. 2024. O grifo é meu.

⁵³ O quicé é uma faca de lâmina curta, geralmente gasta e velha, usada no interior do nordeste do Brasil para cortar fumo. Também conhecida como caxirenguenge.

⁵⁴ Alto Madeira, 2 de junho de 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22ALTO+DO+BODE%22&pagfis=23936> Acesso em: 27 jan. 2024

⁵⁵ Alto Madeira, 12 de setembro de 1918. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160&Pesq=%22ALTO+DO+BODE%22&pagfis=24111> Acesso em: 27 jan. 2024



Considerações finais

As experiências vividas pelos trabalhadores das Índias Ocidentais no período pós-emancipatório do Caribe britânico constituíram um referencial fundamental para a conformação de suas formas de sociabilidade, organização e mobilização, além de informar as expectativas e estratégias de acomodação e inserção nas sociedades amazônicas nas primeiras décadas do século XX. Por “experiências”, referimo-nos a dois processos simultâneos e interdependentes.

Em primeiro lugar, às lutas empreendidas pelos ex-escravizados e seus descendentes contra os persistentes mecanismos de exclusão econômica, social e racial que estruturaram Barbados e outras colônias britânicas após a abolição — processos que não podem ser dissociados do legado histórico da agência escrava, cujo protagonismo foi determinante para a progressiva erosão do sistema escravista nas Índias Ocidentais e para a redefinição das relações de trabalho no pós-emancipação.

Em segundo lugar, à participação maciça desses sujeitos nas dinâmicas migratórias que, ao longo do século XIX e início do XX, conectaram Barbados a diversas localidades do circuito atlântico: Guiana Britânica, Libéria, Panamá, Cuba, Trinidad, Porto Rico, Canadá e Estados Unidos. Essas migrações, como enfatiza Winston James⁵⁶, não apenas ampliaram o horizonte geográfico dos trabalhadores afro-caribenhos, mas também produziram novos repertórios políticos, culturais e associativos, fortalecendo redes transnacionais que desafiavam as fronteiras coloniais e nacionais. Articuladas, essas duas dimensões foram decisivas para a formação de uma cultura política de classe profundamente contestatória, racialmente referenciada, e dotada de uma sofisticada capacidade de leitura das transformações sistêmicas do capitalismo global.

Nesse sentido, essas populações desenvolveram, a partir da experiência concreta de resistência e migração, uma crítica prática e cotidiana à ordem colonial e capitalista, compreendendo — a partir de suas próprias trajetórias — o caráter estruturalmente racializado das hierarquias atlânticas. A presença e atuação dos trabalhadores barbadianos na Amazônia podem, então, ser interpretadas como parte integrante de um processo mais amplo de circulação e

⁵⁶JAMES, Winston, *op. cit.*



mobilização negra no Atlântico, no qual sujeitos racializados souberam se posicionar criticamente frente às mudanças na divisão internacional do trabalho e às novas ideologias legitimadoras do racismo, que se consolidaram entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX.

Os indícios examinados neste artigo revelam que a análise das trajetórias e experiências concretas dos trabalhadores afro-caribenhos na Amazônia, nas primeiras décadas do século XX, permite apreender com maior nitidez a densidade e a complexidade das conexões transatlânticas que moldaram as dinâmicas sociais e raciais no mundo pós-abolicionista.

Tal perspectiva não apenas ilumina as formas específicas de resistência, adaptação e mobilização política desses atores sociais, mas aponta também para a existência de um complexo repertório de práticas sociais, políticas e culturais, em constante transformação, que tensionaram, negociaram e contestaram as hierarquias raciais e as lógicas de exploração da sociedade brasileira em um contexto de pós-emancipação.

Nesse sentido, este artigo reforça a necessidade de deslocar as fronteiras analíticas nacionais, privilegiando abordagens transnacionais e interconectadas que deem conta da complexidade histórica das experiências afro-diaspóricas no pós-emancipação, no contexto Atlântico.

Data de submissão: 0/10/2025
Data de aceite: 07/06/2025



Referências

ALLEYNE, Frederick. **Barbadian migration to British Guiana and Brazil, 1850-1950: a comparative study**. Tese (Doutorado em História). University of the West Indies, campus Cave Hill, Barbados, 2019.

ALVES-MELO, Patricia. Rompendo o silêncio sobre a presença negra na Amazônia: um breve balanço historiográfico” In: QUEIRÓS, César Augusto B. (org.), **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2020.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AVELINO, Davi. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BALABAN, Marcelo. Quem tem... barriga tem medo”: imagens de capoeiras na imprensa ilustrada da corte. **Afro - Ásia**, nº 51, pp. 175-221, 2015.

BECKLES, Hilary. **Great house rules: landless freedom and worker's protest in Barbados, 1838-1938**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2004.

BLACKMAN, Cledenice. **Do mar do Caribe à beira do Madeira: historiografia, cultura e imigração**. Curitiba: Appris, 2019.

_____. **Do mar do Caribe à beira do Madeira II: a diáspora afro-antilhana para o Brasil**. Porto Velho: Rocha Gráfica e Editora, 2022.

BOLLAND, Orlando Nigel. **On the march: labour rebellions in the British Caribbean, 1934-1939**. Kingston/Miami: Ian Randle Publishers, 1985.

BROWNE, David V.C. **Race, class, politics and the struggle for empowerment in Barbados, 1914-1937**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2012.

CANELAS, Letícia Gregório. "Livres de cor" na Martinica: questões sobre raça e gênero no Caribe francês (séculos XVIII-XIX). **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1-26, 2020.

CARTER, Henderson. **Labour pains: resistance and protest in Barbados, 1838-1904**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2012.

_____. The Bridgetown riot of 1872. In: THOMPSON, Alvin O. (ed.) **In the shadow of plantation: Caribbean history and legacy**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2002.



CHALHOUB, Sidney. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CLAVIN, Patricia. "Defining Transnationalism." **Contemporary European History**, vol. 14, no. 4, 2005, pp. 421–39.

DE LA TORRE, Oscar. **The people of the river:** nature and identity in black Amazonia, 1836-1945. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil:** um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DOWNES, Aviston. The contestation for recreational space in Barbados, 1880-1910. In: THOMPSON, Alvin O. (Ed.) **In the shadow of the plantation:** Caribbean history and legacy. Kingston: Ian Randle Publishers, 2002.

FERREIRA, Hugo. **Reminiscências da Madmamrly e outras mais.** Porto Velho: s/ed, 1968.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Uma cidade à far-west: tradição e modernidade na origem de Porto Velho. In: _____. **Estudos de história da Amazônia.** Vol. I. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2014.

GAMA, Luiz. **Primeiras trovas burlescas de Getulino.** 2a ed. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro e Cia, 1861.

GAULD, Charles A. **Farquhar, o último titã:** um empreendedor americano na América Latina. São Paulo: Editora da Cultura, 2006.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia brasileira frente à imigração afro-americana. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, no 2, pp. 307-331, 2003.

GREENFIELD, Sidney M. Barbadians in the Amazon and Cape Verdeans in New England: contrasts in adaptations and relations with homelands. **Ethnic and Racial Studies**. Vol. 8, N. 2, p. 209-232, April 1985.

GRINBERG, Keila. **Liberata, a lei da ambigüidade:** as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HEUMAN, Gad. Post-emancipation resistance in the Caribbean: an overview. In: OLWIG, Karen Fog. **Small islands, large questions:** society, culture and resistance in the post-emancipation Caribbean. New York: Routledge, 2013.

_____. The **Apprenticeship System in the Caribbean:** the world of the Apprentices. *New West Indian Guide*, n. 97, p. 229-254, 2023.

HOLT, Thomas C. **The problem of freedom:** race, labor and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938. Baltimore: The John Hopkins University Press,



1992.

_____. Marking: race, race-making, and the writing of History. **The American Historical Review**, Vol. 100, N. 1, p 1-20, feb. 1995.

_____. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1836-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. (orgs.) **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JAMES, Winston. **Holding aloft the banner of Ethiopia: Caribbean radicalism in early twentieth-century America**. London/NY: Verso, 2020.

JONES, Martha. **Birthright citizens: a history of race and rights in Antebellum America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LEAL, Davi Avelino. Mundos do trabalho nos seringais do Rio Madeira (1870-1920). In: FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela. **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20, jan.-jun., p. 75-91, 2010.

MENEZES, Lená Medeiro de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NEELMAN, Rose; NEELMAN, Gary. **Trilhos na selva: o dia a dia dos trabalhadores da Ferrovia Madeira Mamoré**. São Paulo: BEI Comunicação, 2011.

NEWTON, Melanie J. **The children of Africa in the colonies: free people of color in Barbados in the age of emancipation**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

NEWTON, Velma. **The Silver Man: West Indian labour migration to Panama, 1850-1914**. 2. ed. Kingston: Ian Randle Publishers, 2004.

NOGUEIRA, Júlio. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1913.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **Entre catengas e munições: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.



OPIE, Frederick Douglass. **Black labor migration in Caribbean Guatemala, 1882-1923**. Gainesville: University of Florida Press, 2009.

PAIVA, Ana Carolina Monteiro. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

PHILLIPS, Anthony D. Emancipation Betrayed: Social Control Legislation in the British Caribbean (with Special Reference to Barbados), 1834-1876 - Freedom: Beyond the United States, 70 **Chicago.-Kent Law Rev.** 1349 (1995).

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PINTO, Maria Roseane Corrêa. **Ingleses pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos? Identidades e memórias**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **Barbadianos negros e estrangeiros: trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX**. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2013.

PUTNAM, Lara. **Radical moves: Caribbeans migrants and the politics of race in the jazz age**. Chaper Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

_____. To study the fragments/whole: microhistory and the Atlantic world. **Journal of Social History**. Vol. 39, N. 3, p. 615-630, Spring 2006.

RICHARDSON, Bonham C. **Panama money in Barbados, 1900-1912**. Knoxville: University of Tennessee Press, 1986.

ROCHA, Elaine Pereira. "Another black like me": strategies of identification among afrodescendentes in Latin America. In: ROCHA, Elaine Pereira and BEZERRA, Nielson Rosa (eds.) **Another black like me: the construction of identities and solidarity in the African diaspora**. New Castle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015.

_____. No ugly people in the paradise: undesirable immigrants in the brazilian racial democracy. In: ROCHA, Elaine P. (ed.) **Many rivers to cross: black migrations in Brazil and the Caribbean**. Wilmington: Vernon Press, 2024.

ROCHA, Elaine P.; ALLEYNE, Frederick. "Millie Gone to Brazil": Barbadian migration to Brazil in the early 20th century. **Journal of the Barbados Museum and Historical Society**, v.58, pp. 1-42, December 2012.

RODRIGUES, Jones Santos Rodrigues. La construcción del ferrocarril Madeira-Mamoré y el Caribe inglés: la primera inmigración negra libre para Brasil. *Vegueta*. N. 11,. **Anuario Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**



Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, pp. 89-100, p. 93, Año 2009-2010.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Rebecca. **Degrees of freedom**: Louisiana and Cuba after slavery. Massachusetts: Belknap Press, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TULLY, John. **The devil's milk**: a social history of the rubber. New York: The Monthly Review Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo**: una introducción. México: Siglo XXI, 2005

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850 - 1920. São Paulo: Hucitec: 1993.

WIMMER, Andreas and SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review**. Vol 37, N. 03, p. 576-610, Fall 2003.

